

A Campanha do Milénio das Nações Unidas

Uma campanha de sensibilização para a adopção de políticas públicas que tenham impacto positivo no desenvolvimento sustentável dos países mais desfavorecidos

A Declaração do Milénio foi assinada em 2000, por um conjunto de 189 países com o propósito de lutar contra a pobreza e fome, a desigualdade de género, a degradação ambiental e o vírus do VIH/SIDA.

Os signatários assumiram ainda o compromisso de melhorar o acesso à educação, a cuidados de saúde e a água potável. Para avaliar o cumprimento daquele compromisso estabeleceram oito Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) a atingir até ao ano de 2015. De forma a sensibilizar os cidadãos do Mundo para a importância dos ODM, a Millennium Campaign – Campanha do Milénio das Nações Unidas – foi lançada em 2002. Procura inspirar os cidadãos de países ricos e de países pobres no sentido de exigirem aos seus líderes políticos o cumprimento, até 2015, dos compromissos assumidos na Declaração do Milénio, ou seja, procura incentivar políticas públicas, tanto em países ricos como em países pobres, que tenham impacto positivo no desenvolvimento sustentável dos países mais desfavorecidos. A Campanha do Milénio das Nações Unidas está presente em 24 países africanos e asiáticos, bem como em seis países na Europa e América do Norte.

Esta campanha, recém chegada a Portugal, levou a cabo em Braga, na Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, uma das suas primeiras iniciativas de sensibilização junto da opinião pública portuguesa – a “Semana Objectivo 2015” – que decorreu no passado dia 16 de Outubro à qual o IICT se associou através da presença dos autores Vítor Rosado Marques e Luís Brites Pereira.

A palestra conjunta, intitulada “Menos Pobreza e Melhor Vida: os ODM na CPLP”, pretendeu sensibilizar os participantes para a temática do desenvolvimento económico e humano na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), e foi inspirada no

estudo do IICT, “Cumprir Bissau”, referido na Nova Cidadania nº. 34, o qual tem como objectivo verificar o cumprimento dos ODM nos Estados membros desta organização inter-governamental.

Na sua intervenção, o primeiro autor referiu que os ODM são um desafio que a comunidade mundial estabeleceu para si mesma, um desafio aos países pobres para demonstrarem uma boa governação e o compromisso de redução da pobreza, e um desafio aos países ricos para cumprirem a promessa de ajuda ao desenvolvimento económico e social.

Fazendo uma apresentação dos sete primeiros ODM e das suas metas, realçou a situação nos países da CPLP, dando enfoque especial às diferenças que apresentam estes países entre si, no respeitante aos valores de alguns indicadores e nas perspectivas de alcançarem as metas propostas para 2015. Destacou as graves situações de má nutrição (ODM 1/meta 2) e de mortalidade infantil (ODM 4/meta 5) e materna (ODM 5/meta 6) e alertou para a situação altamente preocupante em Moçambique no que se refere à prevalência do VIH/SIDA (ODM 6/meta 7), com um valor superior a 16% da população entre os 15 e os 49 anos.

Chamou ainda a atenção para as desigualdades entre géneros e entre as populações rurais e urbanas, sendo as mulheres e as populações rurais as mais afectadas negativamente pelas diversas formas de pobreza.

Em conclusão, a primeira apresentação alertou para o cuidado que deve haver aquando da elaboração de estimativas e de comparações entre os indicadores utilizados, pois os valores destes indicadores, por vezes, variam de acordo com a fonte, a metodologia e o momento da recolha, pelo que nem sempre são comparáveis.

A segunda apresentação salientou que o oitavo ODM visa a criação de uma parceria global para o desenvolvimento de forma a poder erradicar a pobreza através da prossecução de políticas apropriadas a nível nacio-

nal e internacional. O paradigma do desenvolvimento subjacente a este objectivo assenta numa parceria com responsabilidades mútuas — dos países ricos e desenvolvidos e dos países emergentes e em vias de desenvolvimento, e ainda das organizações financeiras multilaterais como financiadoras, para prossecução desses objectivos e de integração de todos os países no processo de globalização. Concretamente, as parcerias público-privadas foram reconhecidas como instrumento privilegiado na promoção e sustentação do crescimento, reiterando-se assim o papel motor do sector privado neste processo. As parcerias público-privadas foram, deste modo, reconhecidas como instrumentos para a formação de ambientes favoráveis ao normal funcionamento das empresas e à atracção e aumento do investimento, factor essencial à criação de riqueza e emprego.

Tais parcerias alargam a base de conhecimentos para o diálogo sobre políticas entre o meio empresarial e o sector público; permitem melhor definir o bem comum

e as formas de o aplicar em cada país; e fomentam a credibilidade e confiança essenciais para estimular as iniciativas privadas e melhorar a eficácia das iniciativas públicas. As parcerias público-privadas exigem sinergias entre a cooperação multilateral, empresarial e técnico-científica para serem credíveis.

Ao salientar a base de conhecimentos como o ingrediente crucial das parcerias público-privadas para o desenvolvimento, também se está a salientar a interligação que existe entre a qualidade das instituições e o rigor científico e técnico das políticas de desenvolvimento, por um lado, e a apropriação destas pelos parceiros sociais e pelos financiadores internacionais do desenvolvimento.

Neste contexto, a investigação científica do IICT tem procurado contribuir para um maior “conhecimento mútuo” lusófono, e também assegurar uma maior utilidade dessa investigação para a sociedade civil, em geral, e para a comunidade empresarial, em particular.

Construindo Pontes? A Presidência Portuguesa da Comunidade das Democracias

POR BERNARDO IVO CRUZ

INSTITUTO DE ESTUDOS POLÍTICOS DA
UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

Uma Organização Internacional que reúne mais de 120 Estados de todos os continentes, unidos por serem ou estarem a trilhar o difícil caminho que os levará a serem democracias.

Numa altura em que se discute se a democracia será aplicável nas quatro partidas do Mundo, Portugal assumiu, em Novembro de 2007 e até 2009, a Presidência da Comunidade das Democracias, uma Organização Internacional que reúne mais de 120 Estados de todos os continentes, unidos por serem ou estarem a trilhar o difícil caminho que os levará a serem democracias.

Fosse essa a única característica da Comunidade das Democracias e não seria pouco, mas ciente que o pa-

pel da Sociedade Civil numa democracia não pode ser esquecido ou menosprezado, a Comunidade das Democracias distingue-se de outras organizações internacionais por reconhecer os actores não governamentais como parceira de estatuto semelhante aos Estados membros, directa e institucionalmente envolvida nas mais importantes decisões da Organização.

Naturalmente, a Comunidade das Democracias não vive isolada das circunstâncias e acontecimentos do Mundo e dos Estados que a compõem, nomeadamente o conflito latente que ajudou à descredibilização da Comissão dos Direitos Humanos, e que parece estar presente no novo Conselho dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas: o debate sobre a relação entre diferente formas de Direitos, em particular os Direitos Cíveis e Políticos e os Direitos Económicos, Sociais e Culturais. Ora, dada a coincidência entre os Estados que compõem a Comunidade das Democracias e os Estados membros das Nações Unidas, não será difícil perceber que a questão anteriormente referida poderá, se não acautelada, contaminar